



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

23 de agosto de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>23</i> 08 / 2017	Página <i>01</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

INCONSTITUCIONAL
Ministério Público
pede cancelamento
da lei que proíbe
Uber em São Luís

VIDA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 02	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Uber ganha apoio do MPMA

O Ministério Público do Maranhão protocolou, na manhã de ontem, Ação Direta de Inconstitucionalidade contra Lei que proibiu Uber em São Luís

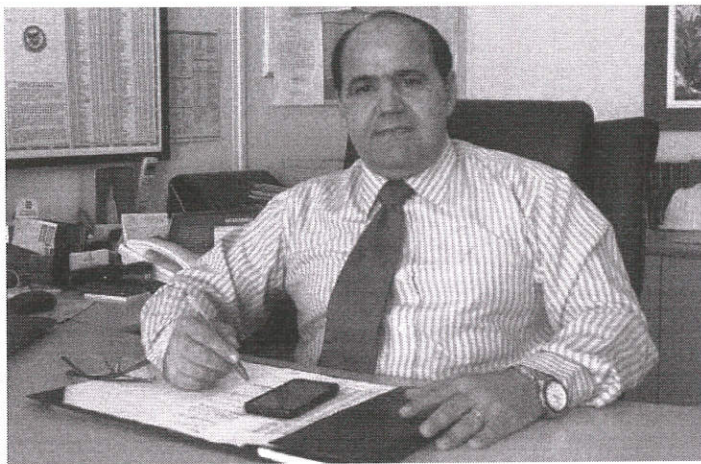
Foi protocolada na manhã de ontem, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei municipal nº 429/2016, que proibiu o funcionamento de serviços de transporte individual em veículos particulares cadastrados por aplicativos, como o Uber, em São Luís.

Sob o número 0803397-88.2017.8.10.0000, o processo foi distribuído ao desembargador Marcelo Carvalho Silva. Proposta pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a ADI defende que a lei, de autoria da vereadora Luciana Mendes e aprovada pela Câmara Municipal em 5 de julho de 2016, fere os artigos 147 (inciso I, 2º e inciso IV) e 174 (caput e § 1º) da Constituição do Estado do Maranhão.

Na Ação, o procurador-geral de justiça afirma que a lei municipal "se constitui em norma puramente proibitiva e proibir não é regulamentar - o que fere uma série de princípios constitucionais, notadamente o da livre concorrência, do livre exercício da atividade econômica e o direito de escolha do consumidor".

O texto também chama a atenção para a diferenciação entre "transporte público individual" e "transporte privado individual". O primeiro é um tipo de serviço privativo dos taxistas, já o segundo, no qual se enquadra o Uber, não depende de concessão pública.

"Na explicitação do texto constitucional, a lei assevera que o transporte de pessoas, em caráter privado, independe de concessão ou permissão. Vale



Deve a norma ser imediatamente afastada do sistema jurídico ou ter, ao menos, seus efeitos suspensos, sob pena de ser mantida em vigor legislação cujo conteúdo implica em prejuízos diretos para os consumidores e para aqueles que exercem a atividade de transporte individual privado

Luiz Gonzaga Coelho,
procurador-geral de justiça

dizer: o transporte de pessoas em caráter privado, por não ser serviço público, não está submetido à concessão ou à permissão oriunda do Poder Público".

ressalta Luiz Gonzaga Coelho. O chefe do Ministério Público do Maranhão observa, ainda, que ao legislar sobre o assunto, o Município de São

LIMINAR

Diante da flagrante inconstitucionalidade da norma, a ADI requer, em medida liminar, a imediata suspensão da lei municipal nº 429/2016. "Deve a norma ser imediatamente afastada do sistema jurídico ou ter, ao menos, seus efeitos suspensos, sob pena de ser mantida em vigor legislação cujo conteúdo implica em prejuízos diretos para os consumidores e para aqueles que exercem a atividade de transporte individual privado", observa, na ação, Luiz Gonzaga Coelho.

Luís "usurpou a competência privativa da União, extrapolando o seu poder meramente supletivo e regulamentar em se tratando de transporte".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>hora extra</i>	
DATA <i>23/08/2017</i>	Página <i>05</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

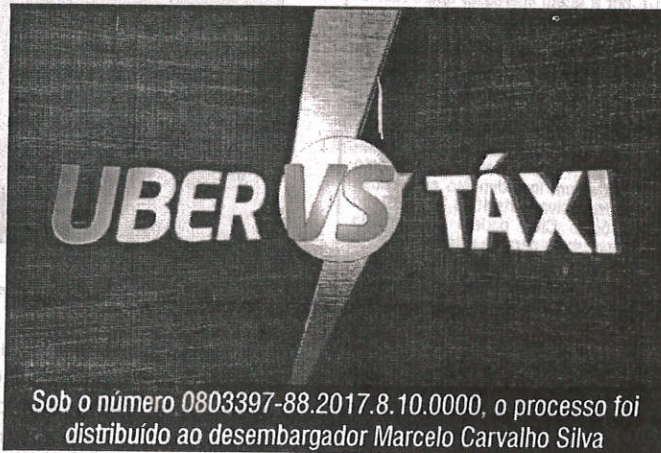
REAÇÃO E AÇÃO DIRETA

Ministério Público aciona Justiça contra lei que proíbe Uber em São Luís

Foi protocolada na manhã desta terça-feira, 22, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei municipal nº 429/2016, que proibiu o funcionamento de serviços de transporte individual em veículos particulares cadastrados por aplicativos, como o Uber, em São Luís.

Proposta pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a ADI defende que a lei, de autoria da vereadora Luciana Mendes e aprovada pela Câmara Municipal em 5 de julho de 2016, fere os artigos 147 (inciso I, 2º e inciso IV) e 174 (caput e § 1º) da Constituição do Estado do Maranhão.

Na Ação, o procurador-geral de justiça afirma que a lei municipal “se constitui em norma puramente proibitiva e proibir não é regulamentar – o que fere uma série de



princípios constitucionais, notadamente o da livre concorrência, do livre exercício da atividade econômica e o direito de escolha do consumidor”.

O texto também chama a atenção para a diferenciação entre “transporte público individual” e “transporte privado individual”. O primeiro é um tipo de serviço privativo dos taxistas, já o segundo, no

qual se enquadra o Uber, não depende de concessão pública.

“Na explicitação do texto constitucional, a lei assevera que o transporte de pessoas, em caráter privado, independe de concessão ou permissão. Vale dizer: o transporte de pessoas em caráter privado, por não ser serviço público, não está submetido à concessão ou à permissão

oriunda do Poder Público”, ressalta Luiz Gonzaga Coelho.

O chefe do Ministério Público do Maranhão observa, ainda, que ao legislar sobre o assunto, o Município de São Luís “usurpou a competência privativa da União, extrapolando o seu poder meramente supletivo e regulamentar em se tratando de transporte”.

LIMINAR - Diante da flagrante inconstitucionalidade da norma, a ADI requer, em medida liminar, a imediata suspensão da lei municipal nº 429/2016. “Deve a norma ser imediatamente afastada do sistema jurídico ou ter, ao menos, seus efeitos suspensos, sob pena de ser mantida em vigor legislação cujo conteúdo implica em prejuízos diretos para os consumidores e para aqueles que exercem a atividade de transporte individual privado”, observa, na ação, Luiz Gonzaga Coelho.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Informe JP</i>	
DATA <i>23 / 08 / 2017</i>	Página <i>03</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

ADI favorável ao Uber (1)

A Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (PGJ-MA) protocolou ontem (22) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei que proíbe o uso do aplicativo Uber, que atua no transporte privado de passageiros. O pedido foi protocolado junto ao TJMA. A ação foi proposta pelo procurador-geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho. Ele defende que a lei municipal, de autoria da vereadora Luciana Mendes (PP) e aprovada pela Câmara Municipal, fere os artigos 147 e 174 da Constituição do Estado do Maranhão.

ADI favorável ao Uber (2)

De acordo com o procurador-geral, a lei municipal é uma norma que fere uma série de princípios constitucionais, como

o da livre concorrência, do livre exercício da atividade econômica e do direito de escolha do consumidor.

O Uber e os taxistas de São Luís travam uma verdadeira guerra. Na segunda, perto de 600 taxistas fizeram uma manifestação cobrando a retirada dos carros do Uber de circulação das ruas da capital maranhense. Já a população aprova o aplicativo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 05	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA pede a inconstitucionalidade da lei que proíbe o Uber em São Luís

Foi protocolada na manhã dessa terça-feira (22), junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei municipal nº 429/2016, que proibiu o funcionamento de serviços de transporte individual em veículos particulares cadastrados por aplicativos, como o Uber, em São Luís.

A ação foi proposta pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e defende que a lei, de autoria da vereadora Luciana Mendes e aprovada pela Câmara Municipal em 5 de julho de 2016, fere os artigos 147 (inciso I, 2º e inciso IV) e 174 (caput e § 1º)

da Constituição do Estado do Maranhão.

Na Ação, o procurador-geral de justiça afirma que a lei municipal “se constitui em norma puramente proibitiva e proibir não é regulamentar – o que fere uma série de princípios constitucionais, notadamente o da livre concorrência, do livre exercício da atividade econômica e o direito de escolha do consumidor”.

O texto também chama a atenção para a diferenciação entre “transporte público individual” e “transporte privado individual”.

O primeiro é um tipo de serviço privativo dos taxistas, já o segundo, no qual se enquadra o Uber, não depende de concessão pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Conceito Social</i>	
DATA <i>23 / 08 / 2017</i>	Página <i>08</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

click Especial



Promotora de Justiça Cristiane Maia Lago, titular da 11ª Promotoria de Substituição Plena

Campanha contra as drogas é tema de programa

A promotora de Justiça Cristiane Maia Lago, titular da 11ª Promotoria de Substituição Plena, foi a entrevistada do programa Estação Ministério Público, no último dia 19.

A entrevistada abordou as atribuições de uma Promotoria de Justiça de Substituição Plena e os desdobramentos da campanha do MPMA "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?". Mencionou, ainda, os benefícios futuros com a reativação do Conselho Estadual e Conselhos Municipais sobre Drogas e explicou

a relação direta do uso de drogas ilícitas e a prática de crimes, comumente vivenciada em casos no Tribunal do Júri.

Cristiane Maia anunciou também a apresentação da campanha Maranhão na Prevenção às Drogas, junto com a promotora de justiça Sandra Garcia, titular da 6ª Promotoria de Justiça de Açailândia. A apresentação será na Câmara Federal, em Brasília, no próximo dia 30 de agosto.

O programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados, ao vivo, às 9h, pela Rádio Jovem Pan News São Luís AM 1340KHz.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
DATA <i>23</i> / 08 / 2017	Página <i>06</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Senador La Rocque

Ex-prefeito é condenado por improbidade administrativa

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença da Vara Única da Comarca de Senador La Rocque que condenou o ex-prefeito João Alves Alencar por ato de improbidade. As sanções foram: multa civil no valor de cinco vezes a remuneração de seu último ano como prefeito, suspensão dos direitos políticos por cinco anos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos. A sentença de 1º Grau foi proferida pelo juiz Paulo Vital Souto Montenegro.

A ação proposta na Justiça de 1º Grau argumentou que João Alencar não teria deixado qualquer documento nos arquivos do Município, causando dificuldades para a gestão posterior, inclusive a impossibilidade de prestação de

contas pela nova administração. O ex-prefeito apelou ao TJMA, alegando, preliminarmente, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendimento pacífico de que a presença de dolo ou culpa é indispensável à configuração de quaisquer das hipóteses de improbidade administrativa. Sustentou que o apelado limitou-se a indicar na inicial que ele não teria deixado os documentos, e que os fatos que servem de base à ação não podem ser considerados como elementos suficientes para provar o ato de improbidade.

O relator da apelação cível, desembargador Ricardo Duailibe, disse que, no caso, vislumbra-se que a conduta impróbia do ex-prefeito refere-se à sonegação deliberada de documentos públicos fiscais e administrativos

de toda a sua gestão – 2005/2008 e 2009/2012 – à nova administração do Município.

O desembargador relatou que, de acordo com entendimento do juiz de base, João Alves Alencar detinha a guarda pessoal de parte dos documentos; outros foram entregues ao Tribunal de Contas do Estado somente em junho de 2013, ou seja, seis meses após o término do seu mandato.

Segundo o relator, no que se refere às improbidades que dizem respeito à violação aos princípios da administração pública, basta o dolo genérico, sendo certo que o quadro que se refere ao fato jurídico já delineado aponta para este elemento na recusa de fornecimento de documentos públicos oficiais. Ele citou entendimento do STJ.

Duailibe destacou que, no caso, a conduta dolosa é patente e que ficou caracterizada a sonegação dos documentos, o que atenta contra os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Acrescentou que o apelante já teve proferida, em seu desfavor, sentença condenatória na área criminal pela mesma conduta. O relator entendeu que as sanções fixadas em primeira instância foram razoáveis e proporcionais ao caso, não merecendo qualquer ajuste. Em razão disso, negou provimento ao apelo do ex-prefeito.

O desembargador José de Ribamar Castro e o juiz Gilmar Everton Vale, convocados para compor quórum na Câmara, concordaram com o voto do relator.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
DATA <i>23</i> / 08 / 2017	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

“Camarada”

Aluguel não pode ser contratado sem licitação

Acórdão do TCU foi incluído em reclamação protocolada ontem no CNMP, denunciando locação de imóvel do corregedor do MP pelo governo Flávio Dino. **POLÍTICA 3**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 23 / 08 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa

Aluguéis do governo não poderiam ser firmados sem licitação

Acórdão do TCU foi incluído em reclamação protocolada ontem no CNMP, denunciando locação de imóvel do corregedor do MP pelo governo Flávio Dino

Os pagamentos de aluguéis de imóveis, nos moldes dos realizados pelo governo Flávio Dino (PCdoB) naqueles que já ficaram conhecidos como os escândalos dos "aluguéis camaradas", não podem ser feitos após dispensas de licitação, mesmo que o prédio a ser locado seja o único disponível para tal.

Os casos mais recentemente divulgados são o de um prédio fechado no Jardim Eldorado - onde já funcionou a Clínica Eldorado - e o de um imóvel localizado em São José de Ribamar, pertencente ao atual corregedor do Ministério Público do Maranhão (MPMA), procurador Eduardo Nicolau Hiluy.

O entendimento é do Tribunal de Contas da União (TCU), e está expresso no Acórdão nº 3244/2017 da Primeira Câmara da Corte de Contas, após julgamento realizado em julho deste ano.

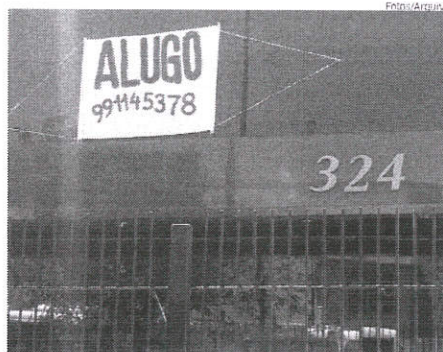
"A existência de um único imóvel apto a, por suas características de instalação e localização, atender às finalidades precípuas da administração, não é requisito para a contratação por dispensa de licitação fundada no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/1993", acordaram os ministros, ao julgar um caso envolvendo o Conselho Regional de Corretores Imóveis do Estado do Rio de Janeiro (Creci-RJ).

O acórdão foi incluído em uma reclamação disciplinar protocolada ontem pelo deputado federal Hildo Rocha (PMDB) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por meio da qual ele pede o afastamento imediato de Eduardo Nicolau Hiluy da função de corregedor do MP.

Segundo revelou O Estado no início da semana, pertence ao procurador um imóvel localizado no centro de São José de Ribamar pelo qual o governo Flávio Dino (PCdoB) pagou, após dispensa de licitação, aproximadamente R\$ 300 mil.

No local, funcionou provisoriamente uma escola, que já foi reinstalada em seu prédio original.

O contrato inicial previa o pagamento de aluguel de R\$ 180 mil, ao fim de 12 meses. Após adiados, no entanto,



Imóvel do corregedor do MP alugado pelo governo Dino, em Ribamar



Eduardo Nicolau não se constrange em posar e fazer elogios a Dino

o valor saltou para R\$ 339.855,64, mais que o dobro, em pouco mais de dois anos. Foram R\$ 93,2 mil em 2015, outros R\$ 195,4 mil em 2016 e, ainda, R\$ 101,2 mil neste ano. Os dados são do Portal da Transparência do Governo do Maranhão.

Negligência

O caso do aluguel de um imóvel de Eduardo Nicolau ao governo foi revelado após uma denúncia em que Hildo Rocha aponta negligência do corregedor do MP na apuração de possível falta funcional de um colega.

Por decisão do próprio CNMP, o

procurador deveria ter aberto um procedimento contra o promotor Paulo Roberto Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís - acusado de usar a rádio oficial do Governo do Maranhão para tecer comentários depreciativos contra a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) no chamado Caso Sefaz. Mas ele protelou a decisão até ser instado uma segunda vez a se movimentar.

Inicialmente, Rocha apontava apenas militância política do corregedor nas redes - onde compartilha costumeiramente material ofensivo à ex-go-

RESPOSTA

PGJ alega viagem do corregedor

A assessoria da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão afirmou ontem, em resposta a um pedido de explicações para o aluguel do imóvel pertencente ao corregedor Eduardo Nicolau, que não iria se manifestar sobre o caso. Motivo: o corregedor está viajando, seja lá o que isso quer dizer.

vernadora e faz propaganda positiva do atual governo - como um dos motivos do que considera inércia.

A revelação da relação comercial entre o membro do MP e o Executivo, no entanto, fez aditar a denúncia inicial e cobrar, além do afastamento, a anulação de atos da corregedoria, tomados sob o comando de Eduardo Hiluy.

"É, no mínimo, desconcertante o conjunto fático-probatório trazido ao conhecimento do Conselho Nacional do Ministério Público. Imaginar que um procurador de justiça, atual corregedor-geral, servidor público do Ministério Público, possui contato com o atual governador Flávio Dino, esquivando-se de procedimento licitatório, afrontando os princípios constitucionais do artigo 37 da Carta Republicana e, para piorar, omitindo-se no exercício funcional de corregedor deixando de apurar conduta do promotor Paulo Roberto, mesmo tendo do CNMP determinado que assim fizesse, simplesmente porque tal promotor move ações penais em face da ex-governadora Roseana é, com absoluta certeza, algo de extrema e profunda gravidade e, por evidente, corrói, macula e denigre a instituição da qual faz parte", comentou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 23 / 08 / 2017 03	Página	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

NOSSA OPINIÃO

O caos não pode imperar

Parece evidente que o governador Flávio Dino desconhece a receita para o sucesso de uma administração pública. Em última análise, essa receita poderia lhe ser oferecida pelo falecido poeta sevilhano Antônio Machado, para quem "não há caminho, pois o caminho se faz ao caminhar".

É para onde caminha o governo dinista? A resposta, para ser honesta, é uma só: caminha ou já caminhou rumo ao caos. Quem revela essa realidade é ninguém menos do que o próprio tempo de mandato do governador. É que bem próximo de completar três anos de existência, já se aproximando, portanto, do ano final, quem saberia dizer qual sua obra ou o seu legado?

A cegueira quanto às propagandas mudanças - diga-se de passagem, alicerces de campanha do governador - é generalizada, pois não existem no mundo real.

Na verdade, o que temos de mudança é que a cada momento surge um novo escândalo capaz de desnutrir o cofre público maranhense, todos eles aptos, igualmente, a demonstrar que o governo dinista não passa de uma ilusão.

Vejamos o tanto que os comunistas vêm se lambuzando ao não saber lidar, nem mesmo minimamente, com a coisa pública. Vamos jogar luz, então, sobre o mais novo aluguel patrocinado pela Fazenda Estadual, sendo que desta vez, do outro lado, como proprietário do objeto locado, há graúdo representante do Ministério Público maranhense, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, que já recebeu, na pessoa física, quantia equivalente a R\$ 500 mil. Antes, porém, é preciso ressaltar toda a importância e credibilidade de que essa valorosa instituição, que é o Ministério Público, goza perante a sociedade, funcionando como um verdadeiro ombudsman da cidadania.

Efetivamente, não fosse o papel que o Ministério Público representa no Brasil, não se poderia, numa frase, falar sequer em estado democrático de direito.

Todavia, quando um membro dessa classe, exercendo a função de corregedor-geral do Ministério Público, se utiliza desse tipo de aluguel, que é elaborado e aditivado mediante dispensa de licitação, e ao mesmo tempo, como

numa espécie de missa encomendada, usa as suas redes sociais para enaltecer a figura do governador Flávio Dino e, simultaneamente, ofender e denegrir com linguajar preconceituoso a imagem da ex-governadora Roseana Sarney, adversária política de quem lhe beneficiou contratualmente, é porque algo de muito bizarro está ocorrendo.

E não podemos de modo algum chegar na fase de nos acostumar com o absurdo, em aceitar normalmente que o Estado, mediante reiterada dispensa de licitação, alugue imóveis, cujas propriedades e proprietários são escolhidos a dedo.

Também não se pode entender por razoável que um representante do MP, beneficiário desse aluguel, se digne, numa mão, em firmar contratos de locação desse naipe, já que uma de suas funções primordiais é justamente a de fiscalizar o cumprimento da lei (*custus legis*) e, com a outra, acenar para a realização de atividade político-partidária.

Não. Não é isso que se espera, de um lado, do governador e, de outro, do corregedor-geral do Ministério Público.

AGU cobra publicidade em torno de aluguel

Ao se manifestar no julgamento sobre a dispensa de licitação realizada pelo Creci-RI, a Advocacia-Geral da União apontou alguns cuidados que o gestor público deve ter antes de dispensar licitação para aluguel de imóvel.

Segundo parecer, "é necessário que a administração fixe prévia e justificadamente as características mínimas de que ela precisa em um imóvel", e realize "consulta a órgãos públicos [...] sobre a existência de imóvel com características estabelecidas, no intuito de possibilitar uma ocupação/aquisição a título gratuito".

De acordo com o parecer, é necessário que o gestor público de "publicidade à procura pelo imóvel com as características mencionadas e serem averiguadas as opções disponíveis no mercado, o que é sugerido que seja feito por meio de Diário Oficial, jornal de grande circulação, página oficial na internet, oficinas imobiliárias etc."

Nos quatro casos já denunciados como "aluguéis camaradas" - casa da Funac, na Aurora, prédio da SSP nas Cajazeiras, Clínica Eldorado, no Tatu, e Prédio do corregedor do MP em São José de Ribamar - o governo Flávio Dino não seguiu nenhuma dessas premissas estabelecidas no parecer da AGU. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Bancos</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>23</i> / 08 / 2017	Página <i>02</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

O ex-prefeito do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão, Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho, foi condenado em uma Ação Civil por Improbidade Administrativa, por ter celebrado convênio com a Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), para promoção do "Carnaval da Maranhensidade 2008", sem prestar contas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
DATA 23 / 08 / 2017		Página 03	
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Rede de Controle discute pleito da Famem sobre recursos do Fundef

Representantes da Rede de Controle da Gestão Pública no Maranhão debateram, nesta terça-feira (22), no Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), o alinhamento de posições a respeito da aplicação de recursos recuperados do extinto Fundef, em vias de serem recebidos por 13 municípios maranhenses. A reunião atendeu a solicitação da Federação dos Municípios (Famem). A discussão foi motivada pela apresentação, por parte da Famem, de um pleito formal à Rede de Controle, no sentido de que os recursos do Fundo, recuperados em ações já transitadas em julgado e com precatórios judiciais expedidos, pudessem ser aplicados em outras áreas além da Educação. Participaram dessa rodada de discussões com a Famem e sua assessoria jurídica, além do presidente do TCE, conselheiro Caldas Furtado, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, o procurador-chefe do Ministério Público Federal no Maranhão, Juraci Magalhães Júnior, o procurador-geral do Ministério Público de

Contas (MPC), Jairo Cavalcanti Vieira, a promotora de Justiça e coordenadora do CAOP-Educação, em exercício, Érica Ellen Beckman da Silva, o secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do União (TCU), Alexandre Walraven, o superintendente da CGU no Maranhão, Francisco Alves Moreira e o chefe da AGU no Maranhão, Fabrício Dias. Ao final do encontro, a posição da Rede de Controle em relação à utilização dos recursos do Fundef foi apresentada em três pontos principais. A Rede não apóia a ação rescisória interposta pela Advocacia-Geral da União (AGU); entende que na aplicação dos recursos do Fundef obtidos via precatórios não há necessidade de observar a destinação mínima de 60% para pagamentos dos profissionais da educação; e entende ainda que os recursos recebidos por meio de precatório devem ser aplicados integralmente na Educação. Cabe ressaltar que esse último foi o único ponto em que a Rede não atendeu ao pleito apresentado pela Famem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>13/08/2017</i>	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Motoristas do aplicativo Uber fazem ato, na Avenida Litorânea, pedindo a regulamentação da atividade na capital maranhense



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 23 / 08 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Em protesto pacífico

Uber cobra regulamentação do serviço na capital maranhense

LUCIENE VIEIRA

Um dia após o protesto dos taxistas, que pediam a retomada das fiscalizações para coibir os serviços do Uber, nessa terça-feira (22) foi a vez dos motoristas do aplicativo fazerem ato pedindo a regulamentação da atividade na capital maranhense. Um grupo de pessoas que dirigem para o Uber se concentrou na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea, ainda nas primeiras horas de ontem.

Por volta das 9h, os motoristas saíram em comboio até a Câmara dos Vereadores, no Centro Histórico, de forma pacífica e sem obstruir o trânsito nas vias por onde passaram. Na Câmara, eles foram atendidos pelo vereador Paulo Victor (Pros), que é responsável pelo projeto que pretende regulamentar o serviço de aplicativos, como o Uber, em São Luís. Porém, está tramitando na Câmara sem data prevista para ser votado.

De acordo com Wellington Sal, presidente da Comissão dos Motoristas Privados e



Motoristas de Uber percorreram avenidas da capital, pacificamente, sem obstruir o trânsito

Aplicativos, ontem seria a quinta vez nos últimos dois meses que os trabalhadores saem às ruas para reivindicar a votação do projeto. “A regulamentação precisa sair do papel”, enfatizou Sal. Na Assembleia Legislativa do Maranhão, o deputado Edilázio Júnior (PV) apresentou projeto

de regulamentação do aplicativo para transporte intermunicipal de passageiros, mas acabou sendo rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e outras duas comissões. Quando chegaram à Câmara, os motoristas foram recebidos pelo vereador Paulo Victor ainda na

porta da Casa Legislativa. Logo após, todos foram para a galeria do plenário. Conforme informações apuradas pelo Jornal Pequeno, Paulo Victor declarou que o presidente da Câmara Municipal, Astro de Ogum (PR) poderia se reunir ainda ontem com os motoristas do Uber.

Honorato Fernandes alerta para necessidade de regulamentar o Uber

O vereador Honorato Fernandes (PT), durante pronunciamento realizado na manhã de ontem (22), na Câmara Municipal, defendeu a regulamentação dos serviços de transporte realizados por meio de aplicativos, como o Uber, não deixando, no entanto, de chamar a atenção para a necessidade de regulamentação de outros serviços alternativos de transporte, como as vans e os carros-lotação. O parlamentar iniciou a fala destacando que o sistema de transporte público da cidade de São Luís vem passando por avanços significativos, mas reconheceu que muito ainda precisa ser feito para que o serviço prestado seja de fato satisfatório. “A tão esperada licitação do

transporte público melhorou sim a qualidade do serviço prestado. Entretanto, precisamos reconhecer que o sistema ainda está aquém dos anseios e das necessidades da população”, afirmou Honorato, alertando ainda para a importância do processo de regulamentação dos transportes alternativos que complementam o serviço de transporte público. Honorato deu prosseguimento ao pronunciamento falando do enfrentamento dos taxistas com os transportes que prestam serviço por meio do aplicativo Uber e classificou como equivocada a aprovação do projeto de lei que proibiu a operação do Uber em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

“Regulamentação já”, pedem motoristas da Uber em protesto

Eles querem que seja votado Projeto de Lei nº 001/2017, que regulamenta o aplicativo



Motoristas de Uber foram para a Câmara Municipal protestar

Um dia após os taxistas interditar as ruas em protesto pela falta de fiscalização da atuação do aplicativo Uber em São Luís, motoristas da empresa fizeram uma manifestação pacífica por ruas da capital, pedindo a regulamentação do serviço, para que seja considerado legal na cidade.

A manifestação dos motoristas da Uber que começou na Avenida Litorânea seguiu em direção à Câmara Municipal de São Luís, e contou com apoio da Polícia Militar, que fez a escolta da caravana, além da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), que acompanhou o movimento dos manifestantes, assim como fez na atividade dos taxistas na segunda-feira, 21.

Edilson Soares, motorista da Uber que participou da manifestação, falou sobre a insatisfação da categoria com a demora na votação do projeto. “O nosso objetivo é que seja aprovada a lei que já está aguardando desde o dia 2 de janeiro, nunca aprovada e não sabemos o porquê. Somos trabalhadores, pais de família”, relatou.

Os motoristas fizeram um ato em frente à Casa Legislativa da capital e foram atendidos pelo vereador Paulo Victor (PROS), que é autor do projeto de regulamentação do aplicativo que tramita na Câmara. Logo após, seguiram para a galeria da Câmara para acompanhar a sessão plenária e receberam apoio de vários vereadores.

O vereador Paulo Victor (PROS) se disse confiante de que o protesto dos motoristas ajudaria para que o projeto seja votado em breve. “A manifestação de hoje foi um movimento pacífico que não atrapalhou a vida de ninguém, não trouxe transtorno e acredito que o presidente da Casa, Astor de Ogan, receba os motoristas e marque a data para votação do projeto, em favor da população”, disse o legislador.

Profissionais da saúde da capital maranhense que também estavam protestando por melhorias para sua classe, buscam pagamento de salários atrasados, dentre outras re-

vindicações, abraçaram a causa dos motoristas da Uber e os apoiaram nos gritos de palavras de ordem na entrada da Câmara Municipal.

Em favor do Uber

Na manhã de ontem, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, protocolou no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra Lei Municipal nº 429/2016, que proíbe o uso de veículos particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas em São Luís. No caso da capital, a medida atinge o aplicativo Uber.

Na ação, a PGJ aponta afronta à Constituição do Estado do Maranhão em dois pontos. “O Município não tem competência para legislar sobre direito civil, diretrizes da política nacional de transportes, trânsito e transportes, sendo a competência do Município meramente suplementar e voltada para interesses locais; e, ainda, cabe ao Estado, não ao Município, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo livre a iniciativa privada, desde que não contrarie o interesse público”, diz o procurador.

A Adin ressalta que o transporte por meio de aplicativos é um serviço privado, não público e que, por isso, independe de concessão. “A lei assevera que o transporte de pessoas, em caráter privado, independe de concessão ou permissão. Vale dizer: o transporte de pessoas, em caráter privado, por não ser serviço público, não está submetido a concessão ou à permissão oriunda do poder público. Por isso mesmo, avançando no exame do assunto, há que se distinguir ‘transporte privado individual’ de ‘transporte público individual’, para o efeito de imputação da qualidade de serviço público essencial, o qual se volta às necessidades gerais da sociedade”, destaca.

O pedido foi encaminhado ao presidente do TRMA, desembargador Cleonice Cunha. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 23/08/2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

TRANSTORNO

Câmara encaminha documento à SMTT pedindo cumprimento da lei de transporte de passageiros

Em razão dos transtornos causados no trânsito de veículos entre outros na manhã dessa segunda-feira, em razão de um movimento promovido por motoristas de táxis, o presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), juntamente com outros vereadores, promoveu uma reunião com representantes da categoria de taxistas para buscar uma solução para o problema.

Após algumas horas de conversa entre os parlamentares e profissionais de táxis, o dirigente do Legislativo informou que a Mesa Diretora da Casa iria ainda na tarde de ontem encaminhar ofício ao Poder Executivo, mais precisamente à SMTT (Secretaria Municipal de trânsito e Transportes) pedindo o cumprimento da lei aprovada pelo parlamento, no tocante ao aplicativo Uber. Astro e os participantes do encontro firmaram compromisso de a partir da próxima quinta-feira, (24), reunirem-se para discutir um amplo projeto sobre o funcionamento do transporte particular de passageiros no município.

Os representantes dos taxistas faziam questão de enfatizar que se encontravam



Presidente da Câmara de São Luís Astro de Ogum

ali para pedir a intermediação de Astro de Ogum no assunto, enquanto reclamavam do que consideram um abuso o que vem acontecendo na prática com o funcionamento do aplicativo Uber. descumprindo a lei aprovada na Câmara. A situação chegou ponto de parte do colapso em parte do trânsito na cidade por esse e outros motivos.

Foram enumerados para o presidente do Legislativo

uma série de questões que estão afligindo a categoria dos taxistas, como o que consideram uma concorrência desleal, as dificuldades que os pais de família têm enfrentado para manterem trabalhando no dia a dia, bem como a fiscalização prometida pela SMTT, que teve início, mas não teve prosseguimento.

Antes de anunciar a decisão de estabelecer a relação com o Executivo, acerca do

cumprimento da lei aprovada pelo Legislativo, Astro de Ogum disse que “não tenho nenhuma amizade com Uber, e que tudo isso está acontecendo pelo exagero”. A declaração foi ao encontro de uma questão abordada pelos taxistas que a cada dia aumenta o número de veículos com aplicativo, até os mesmos estarem utilizando a faixa destinada aos táxis.

Astro de Ogum destacou que todos devem agir com coerência, mas dentro do que determina o ordenamento da lei, e sobre o funcionamento do aplicativo ele observou que a Comissão de Justiça já aprovou a matéria, devendo a mesma agora partir para a apreciação em plenário. “E por aqui vamos adotando as decisões que podemos, sempre agindo dentro do que disciplina o bom senso e a legislação”.

Participaram da reunião e manifestaram-se os vereadores Beto Castro (PROS), Bárbara Soeiro (PSC), César Bombeiro (PSD), Edson Gaguinho (PHS) Genival Alves (PRTB) e Honorato Fernandes (PT), além do presidente do Sindicato dos Taxistas, Renato Medeiros, e representantes do Ligue Táxi, Comissão Fora Uber e outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros
DATA 23 / 08 / 2017	Página 03	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Prefeitura de São Luís inicia processo para demolição do “Balança, mas não cai”

Conhecido pela falta de estrutura e refúgio para pessoas envolvidas com problemas sociais, o prédio “Balança, mas não cai” será demolido. A informação foi confirmada pela Prefeitura de São Luís (MA), que afirma ainda que o processo de licitação já foi iniciado.

De acordo com a Prefeitura, as vistorias já foram realizadas para o levantamento orçamentário. Em nota, a Secretaria de Urbanismo de São Luís diz que toda essa documentação foi enviada para a instrução de processo licitatório.

- Em relação a demolição do referido prédio, as vistorias e orçamentos necessários para subsidiar o processo de contratação de empresa especializada já foram realizados e encaminhados para a instrução de processo licitatório, o que irá acontecer dentro dos trâmites legais - afirma a nota.

Sobre novas ocupações, a

Prefeitura diz que tem monitorado a área constantemente. Ainda em nota, a Secretaria de Urbanismo de São Luís informa ainda que tem feito acompanhamento social a famílias que já estiveram ocupando o prédio.

- Das 40 famílias remanejadas, todas estão recebendo o devido atendimento social, sendo que: 12 famílias já assinaram contrato de moradia permanente; 8 famílias aguardam para assinatura de contrato; e as demais estão em fase de regularização de documentação pessoal necessárias para inclusão na política habitacional - informou.

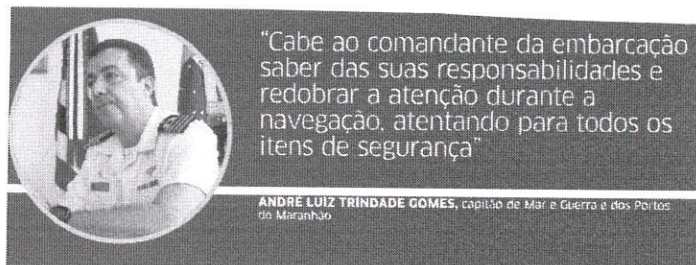
O prédio “Balança, mas não cai” fica localizado na Rua 3, no Bairro do São Francisco, em São Luís (MA). O prédio vinha sendo ocupado por pessoas envolvidas com problemas sociais a um longo período, mas no último mês de junho a Prefeitura realizou a desocupação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23/08/2017	Página 01	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Excesso de passageiros é maior infração entre embarcações

Ao longo de agosto deste ano, 300 embarcações foram vistoriadas; as infrações mais comuns registradas foram excesso de passageiros, de velocidade e falta de material de salvatagem; objetivo das ações é garantir a segurança nas embarcações

A Capitania dos Portos do Maranhão já fiscalizou 300 embarcações, de 1ª a 21 deste mês. A ação faz parte do trabalho constante na orla de São Luís para coibir irregularidades e acidentes nas áreas de maior incidência de tráfego aquaviário. O excesso de passageiros é a infração mais comum registrada pelos oficiais que fazem o trabalho. A Capitania dos Portos do Maranhão chama, ainda, a atenção dos comandantes das embarcações para o respeito às normas de segurança, sobretudo no próximo mês, quando a maré fica mais alta na orla da Ilha de São Luís.

O trabalho de fiscalização da Capitania dos Portos do Maranhão tem como objetivo garantir a segurança do tráfego aquaviário, a salvaguarda das vidas dos passageiros e tripulantes e prevenir a poluição hídrica decorrente do transporte aquaviário.



Fiscalização tem objetivo de garantir a segurança de passageiros

Ao longo de agosto deste ano, 300 embarcações já foram vistoriadas. As infrações mais comuns verificadas

neste mês foram excesso de passageiros e de velocidade e falta de material de salvatagem.

Mais ventos

A partir de agosto, os ventos começam a soprar com mais força na or-

la da Grande Ilha, mas é em setembro que ele atinge seu ápice. Por isso, desde já a Capitania dos Portos do Maranhão está conscientizando os comandantes e proprietários de embarcações a redobrar a atenção e evitar acidentes. "É que em setembro a maré fica mais agitada e mais elevada por causa de três fatores: o equinócio da primavera, que deixa a lua mais próxima da Linha do Equador; os ventos alísios, que sopram para o Nordeste, e a maré de sizígia, fenômeno que ocorre duas vezes por mês, durante as luas nova e cheia", explicou o capitão de Mar e Guerra, André Luiz Trindade Gomes, Capitão dos Portos do Maranhão.

Estes três fenômenos juntos foram marés com maior amplitude, ou seja, com variação maior que a média, o que torna a navegação mais perigosa. "Em setembro, nós

não teremos reforço na nossa fiscalização, exceto no período do feriado quando há um trânsito maior de embarcações na orla de São Luís. Nos demais dias do mês manteremos nossa fiscalização normal", informa o capitão de Mar e Guerra André Luiz Trindade Gomes. Durante o feriado prolongado de 7 a 10 de setembro, a fiscalização será reforçada, principalmente no Cais da Praia Grande e no terminal de ferry-boats da Ponta da Espera.

Lei

A Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, denominada de Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lesta), dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências. A Lesta foi regulamentada pelo Decreto nº 2.596 de 18 de maio de 1998, denominado de Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional (Rlesta), navogando a partir de 9 de junho de 1998 o RTM (Regulamento de Tráfego Marítimo). Assim, pela Portaria Ministerial nº 67 de 18 de março de 1998, foi delegada ao Diretor de Portos e Costas, como Autoridade Marítima, competência para elaborar normas e executar ações previstas no art. 4º da Lesta. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23/08/2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Antes de funcionar, sinalização eletrônica passará por aferição

Procedimento deverá acontecer em até 15 dias, como informou a Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, ao anunciar a instalação dos equipamentos

A nova sinalização eletrônica de São Luís, cuja instalação começou a ocorrer no dia 4 deste mês, passará por aferição que será feita por técnicos do Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), órgão estadual ligado ao Inmetro no Maranhão. O procedimento, de acordo com prazo dado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), deverá ocorrer em até 15 dias, após a fixação dos novos equipamentos feita pela empresa Sigvias. Em nota, o Inmetro informou a O Estado que não recebeu qualquer notificação oficial da pasta municipal sobre o assunto.

Segundo a SMTT, somente após a verificação dos fotossensores será dado início à fiscalização dos veículos nas principais avenidas da cidade. Até o fim da tarde de segunda-feira, 21, as avenidas Daniel de La Touche (em três pontos distintos), Colares Moreira, Carlos Cunha e Jerônimo de Albuquerque receberam os novos equipamentos que, de acordo com a SMTT, dispõem de tecnologia mais moderna, o que deverá inibir a ação dos motoristas infratores.

No total, segundo a Prefeitura de São Luís, serão instaladas 32 câmeras, além de barreiras eletrônicas que deverão monitorar, dentre outras situações, o limite de velocidade (de até 40 km/h) em determinados trechos da cidade e a obediência ao sinal vermelho que, de acordo com



Equipamentos de sinalização estão sendo instalados em avenidas

dados do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), é uma das infrações mais comuns no trânsito da capital maranhense. As imagens captadas pelas câmeras serão exibidas em uma Central de Controle de Operações, instalada na sede da SMTT, no bairro Ipase, que fará o acompanhamento das vias em

tempo real.

A SMTT informou ainda que nos semáforos com novos equipamentos a velocidade será limitada mesmo quando a sinalização

for de sinal verde. Nestes casos, de acordo com o órgão de fiscalização, o (a) condutor (a) não poderá ultrapassar os 60 km/h. Caso haja desobediência a esta regra, o motorista cometerá infração considerada gravíssima e estará sujeito à multa e a perda de sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Previsão

A aferição de sistemas automáticos de fiscalização é prevista na Resolução nº 165 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). De acordo com o artigo 2º, inciso II da legislação, o sistema deverá "atender aos requisitos essenciais mínimos para cada infração a ser detectada, estabelecidos pelo órgão máximo executivo de trânsito da União".

Além desse requisito, ainda conforme a Resolução nº 165, a imagem detectada pelo equipamento deverá registrar informações como a placa do veículo e o registro temporal da infração (dia e horário). Outro dado importante é quanto à descrição do local da infração.

Mais equipamentos

Ainda de acordo com a SMTT, será realizado um estudo técnico nas próximas semanas para verificar a necessidade de instalação de novas câmeras, além das 32 já previstas. ●



Sarney Filho (c) discute medidas de combate ao desmatamento

Sarney Filho avalia ações de combate ao desmatamento

"Estamos no rumo certo", diz ministro sobre a redução do desmatamento na Amazônia

BRASÍLIA

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, afirmou ontem que a queda de 21% no desmatamento da Amazônia, no período de agosto de 2016 a julho de 2017, anunciado pelo Instituto Imazon, indica que a sua pasta "está no rumo certo" ao priorizar as ações de comando e controle feito pelo Ibama na região, com apoio da Polícia Federal.

Os dados divulgados ontem apontam que a curva de crescimento do desmatamento nos estados da Amazônia Legal caiu, depois de cinco anos. Embora os números oficiais não tenham sido ainda divulgados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o que ocorre em novembro, os indicadores do Imazon mostram os bons resultados obtidos com a recomposição dos orçamentos do IBAMA e do ICMBIO, que determinou, ao assumir o MMA, em 2016, disse o ministro.

Os recursos capacitados, no segundo semestre, de acordo com o ministro, também passarão a contar pela primeira vez, com dinheiro do Fundo Amazônia, o que permi-

tiu uma fiscalização mais intensa.

Entre agosto de 2016 e julho de 2017, período chamado de calendário de o desmatamento acumulado na região foi de 2.834 km². Todos os estados da Amazônia Legal apresentaram queda no total das áreas desmatadas. A maior baixa foi em Rondônia no Tocantins, onde o desmatamento diminuiu 54%, de acordo com o Imazon. Mato Grosso e Pará, os estados que mais desmataram nos últimos anos, também registraram quedas, mas seguem com taxas elevadas de áreas destruídas.

Crise

O ministro Sarney Filho explicou que nos últimos anos a falta de recursos para fiscalização e a crise política propiciaram o avanço do desmatamento. "As ações de comando e controle são fundamentais para controlar o avanço do desmatamento ilegal", alertou.

Com a previsão de mais recursos para essas ações, bem como para projetos voltados para a sustentabilidade, o ministro acredita que os índices de desmatamento diminuirão ainda mais nos próximos meses. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

SAÚDE.....

Secretário presta contas na Assembleia

O secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, está hoje, às 8h30, na Assembleia Legislativa. Ele participa de uma audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Casa com o objetivo de prestar contas dos últimos meses de sua gestão à frente da SES. O Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do setor relativo ao período de janeiro a abril de 2017 será o assunto principal da audiência.

Em contato com o jornal O Imparcial, Carlos Lula disse "estar aberto a qualquer pergunta" sobre a área e saúde. Apesar do surgimento de críticas por parte de deputados da oposição sobre a saúde no estado, o secretário garantiu que a sua gestão está de acordo com a lei.

"As críticas não se sustentam. Não há nenhuma irregularidade",

afirmou o secretário de Saúde, que estará na Assembleia pela terceira vez para prestar contas.

O presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, deputado Levi Pontes (PCdoB), disse que este é o momento para que os parlamentares questionem e tirem dúvidas sobre saúde pública. "Nesta quarta-feira, estaremos recebendo na Comissão de Saúde o secretário de Estado da Saúde, doutor Carlos Lula, que fará prestação de contas da sua gestão do quadrimestre e o relatório fiscal. Portanto, é uma oportunidade ímpar para que todos os deputados possam fazer as suas interrogações, tirar as suas dúvidas e os seus questionamentos de como anda a saúde pública neste governo. Fica aqui o nosso convite e dizer da importância da presença de todos". (P.T.Jr)



Secretário de Saúde, Carlos Lula, apresenta relatório na Assembleia



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Ato e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
() O Imparcial	() A tarde	() Outros	
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 04	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Em 8 meses, o Maranhão foi alvo de 12 operações da PF

Ações foram realizadas com o objetivo de desarticular quadrilhas de criminosos com atuação no estado e que causaram prejuízo de mais de R\$ 20 milhões para os cofres públicos; 109 mandados judiciais foram cumpridos

LEANDRO SÁVIO
Do grupo de Operações

Em oito meses, o Maranhão foi alvo de 12 operações deflagradas pela Polícia Federal (PF) nas suas mais diversas áreas de atuação. As ações criminosas de quadrilhas de criminosos foram desarticuladas, com o apreendimento de mais de R\$ 28 milhões e 109 mandados judiciais.

As operações foram desenvolvidas com o objetivo de desarticular quadrilhas de criminosos responsáveis por crimes previdenciários, milícias, pornografia infantil, fraudes bancárias, desvios de recursos, entre outros delitos.



Dinheiro apreendido durante a Operação Rêmore, que investigou desvio de recursos na área de saúde

Balanco

É o que mostra o balanço mensal obtido pelo Estado por meio da superintendência da Polícia Federal do Maranhão. Todas as ações foram desenvolvidas na Região Metropolitana de São Luís. São operações de grande porte, envolvendo o faturamento de milhões, multas e prisão em flagrante.

Além dessas atividades, foram expedidos 993 mandados judiciais, dos quais 81 foram de busca preventiva, para a prisão de criminosos que participam de práticas criminosas de grande porte, e 21 para a prisão de criminosos envolvidos em crimes de menor potencial ofensivo.

Em números efetivos, foram apreendidos 195 toneladas de bens móveis, imóveis e materiais que totalizam R\$ 1,2 milhão, além de R\$ 28 milhões em apreendidos em ações criminosas, sendo o prejuízo estimado em R\$ 72,8 milhões até o momento.

NÚMEROS

12 é o número de operações deflagradas pela PF no Maranhão este ano

109 mandados judiciais, sendo 81 de busca e apreensão; 12 de temporária; 8 de prisão preventiva e 8 de condução coercitiva foram cumpridos

R\$ 3.830.936,00

é o valor dos bens apreendidos durante as operações

R\$ 28.005.931,75

é o valor do prejuízo causando à União Federal com as ações criminosas

R\$ 72.800,00,00

é o valor do prejuízo que a PF conseguiu evitar

As operações de grande porte foram desenvolvidas em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público em conjunto com mandados judiciais referenciados.

Operações

A primeira operação realizada na

Região Metropolitana de São Luís, em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A ação foi realizada em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público em conjunto com mandados judiciais referenciados.

Em 12 de agosto, foi realizada a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

ENTENDA

Principais operações da PF no estado

Operação Vetores	22/2/2017
Operação Turing	21/3/2017
Operação Maravilha	23/3/2017
Operação Doce Infância	30/3/2017
Operação Intervenção II	11/4/2017
Operação Rêmore	02/6/2017
Operação Duas	13/6/2017
Operação Dragão	12/7/2017
Operação Curú Legal	13/8/2017

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A ação foi realizada em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público em conjunto com mandados judiciais referenciados.

Rêmore

Em 12 de agosto, foi realizada a Operação Rêmore, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A ação foi realizada em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público em conjunto com mandados judiciais referenciados.

Rêmore

Em 12 de agosto, foi realizada a Operação Rêmore, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Oficial de Justiça é preso pela prática de extorsão

Acusado foi detido no bairro Pinim, Desembargador Simeon Costa, ele e outros dois, acusados, estão em exigindo dinheiro para não levar um veículo apreendido

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Infico

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Investigações

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

R\$ 3 mil foi o valor pedido para não levar o carro

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Homem é flagrado com drogas em operação policial

Dois policiais foram mortos em uma operação policial

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Armas

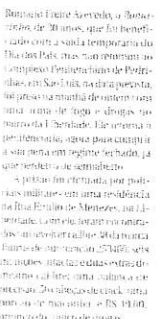
A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Localização

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

Foragido de saída temporária é preso com arma e droga

Foragido de saída temporária é preso com arma e droga



Romanis Priere foi preso e vai para a prisão e regime fechado

Localização

A primeira, realizada em 12 de agosto, foi a Operação Dragão, com o objetivo de apreender a quadrilha de criminosos que atuavam no comércio de drogas na região metropolitana de São Luís, com o apreendimento de mais de R\$ 2 milhões e 109 mandados judiciais.

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Oficial de Justiça preso na porta do Fórum no Calhau

O serventuário da Justiça cobrava propina para não apreender carro que tinha mandado de busca e apreensão. Cobrava propinas de R\$ 3 mil

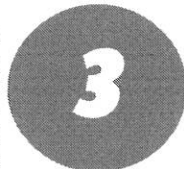
DOUGLAS CUNHA

Investigadores da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos, munidos de mandado judicial de prisão preventiva, interceptaram na saída do Fórum Desembargador Sarney Costa, o oficial de Justiça Mauro Henrique Mesquita Magalhães, 43 anos, acusado de extorsão mediante propina, no

desiderato de suas atividades funcionais.

Ele já vinha sendo investigado pela Polícia Civil, desde junho passado, quando foi preso na Avenida do Africano, onde negociava com um homem, a liberação de um veículo que tinha mandado judicial de busca e apreensão, mediante o pagamento

de R\$3.000 como propina. Consta que ele era designado para cumprir os mandados de busca e apreensão de veículos e negociava com os detentores dos veículos, cobrando propina e certificava, no mandado, que não havia localizado o carro em questão. O acusado foi encaminhado para o Complexo Penitenciário, onde aguardará o pronunciamento da Justiça.



3 mil reais era o valor cobrado para não apreender os carros

FEMINICÍDIO

Matou a mulher, fugiu e foi preso no Maranhão

Policiais do Departamento de Femicídio da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa e da Delegacia de Polícia de Santa Luzia, em parceria com a Polícia Judiciária do Estado da Paraíba, conseguiram prender na tarde de segunda-feira (21), em cumprimento ao mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça paraibana, o comerciante Antônio Barbosa de Figueiredo, conhecido como "Toinho do Bar".

Ele é acusado de matar a esposa, em 1998, em Barra de Santana, na Paraíba. Após cometer o feminicídio, ele fugiu e foi morar em Santa Luzia, onde tentou refazer a vida, casou-se novamente e teve dois filhos, permanecendo a incógnita ali, até que a Polícia Civil da Paraíba, recebeu denúncia, através do seu aplicativo WhatsApp, dando

contas do seu paradeiro, no Maranhão.

Toinho do Bar foi transferido para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde aguarda a escolta da polícia paraibana, que o levará de volta a Barra de Santana, seu distrito da culpa. (DC)



"Toinho do Bar" matou a mulher e estava foragido desde 1998

RECAPTURA

Fugitivo de Pedrinhas é localizado no Anil

Policiais civis lotados na Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico-Senarc, na noite de segunda-feira (21), em cumprimento a mandados de prisão expedidos pelas 2ª e 4ª Varas do Tribunal do Júri de São Luís, prenderam Carlos Eduardo Martins Ferreira, conhecido como "Kanu", que estava foragido do Presídio do estado.

Ele é integrante de facção criminosa. Ia preso por tráfico de drogas e por porte ilegal de arma de fogo. Sua prisão ocorreu após a polícia receber denúncia através do aplicativo WhatsApp, dando contas de que Kanu se encontrava escondido no bairro Anil. Foi apresentado na Senarc e depois encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (DC)



"Kanu" tem muitas broncas para responder na Justiça

SEM NOÇÃO

Jovem é presa por desviar R\$ 125 mil de Casa Lotérica

Já se encontra no Complexo de Pedrinhas, a jovem Tamara Pereira Amorim, presa sob a acusação de desviar R\$ 125 mil da Casa Lotérica da Vila Palmeira, onde trabalhava. As investigações desenvolvidas pela Delegacia de Furtos e Roubos, comprovaram a prática do delito, o que levou as autoridades a fazerem a representação em seu desfavor, solicitando sua prisão preventiva, quebra do sigilo bancário e fiscal e bloqueio de contas bancárias, no que foram atendidas pela Central de Inquérito da Comarca de São Luís. Tamara foi encaminhada para o presídio de Pedrinhas, onde aguarda o pronunciamento da Justiça. (DC)



Tamara está sendo acusada de desviar R\$ 125 mil da lotérica

CAXIAS

Mototaxista é morto a tiros por desconhecidos

Um mototaxista foi morto a tiros, por dois homens desconhecidos, que ocupavam uma motocicleta de placa e modelo não identificados. O crime aconteceu na noite da última segunda-feira (21), quando o mototaxista José Ribamar Gomes, 51 anos, retornava para sua residência no bairro Teso Duro, na periferia de Caxias, e foi interceptado pelos dois homens

que ocupavam outra motocicleta, mataram a vítima a tiros e fugiram. Há a informação que o mototaxista teria mantido uma forte discussão com dois homens, momentos antes, em um bar, no bairro onde morava, levando à presunção de que o crime foi uma retaliação ou acerto de contas. (DC)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	(X) Cidades / Vida () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 01	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Pela ressocialização

18ª edição da Semana do Encarcerado foca no tema humanização como forma de mecanismo de reinserção do interno na sociedade. Evento acontece até o dia 25 de agosto, na região metropolitana da capital. Já nos demais municípios, acontece entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro

PRISCILA CUNHA

Começa prisão ou cadeia local onde os prisioneiros cumprem suas penas. Em um estado de 16 milhões de habitantes, o Estado do Maranhão, há o zóculo carcerário, inserindo todos ganham intensificação dos tipos de ressocialização, na Semana do Encarcerado, considerando o maior evento do Sistema Penitenciário do Maranhão. Neste ano, a humanização é o tema principal. *Humanização no Sistema Penitenciário - Um olhar para dentro das muralhas*, com a sociedade a pesquisar os avanços do sistema carcerário do estado, nas áreas de ressocialização.

O objetivo da Semana é fazer com que a sociedade conheça os trabalhos desenvolvidos, dentro das unidades prisionais, para reinserção social do apenado, além de reconhecer os direitos da pessoa presa, enquanto ser humano.

“Um convite para a população entender que aqui dentro do Complexo Penitenciário são homens, profissionais, estudantes, pessoas que podem voltar para a sociedade, pessoas que cometeram erros, mas que estão aqui para pagar pelo erro. E apenas o direito que eles têm privado é o de ir e vir, todos os outros têm que ser garantidos a eles, como, a educação, assistência jurídica, saúde, trabalho, para que a população entenda os aspectos do sistema penitenciário”, aponta a Secretária Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária, Odaiza Gadelha.

Segundo o tema a Secretária, são 2.300 internos inseridos em mais de 110 unidades de trabalho no estado. O número representa mais de 27% da população carcerária atual, que é de 3.500 internos dentro do Complexo de Pedrinhas e de 8.000 no Maranhão. Na educação são mais de 1.200 internos matriculados em salas de aula.

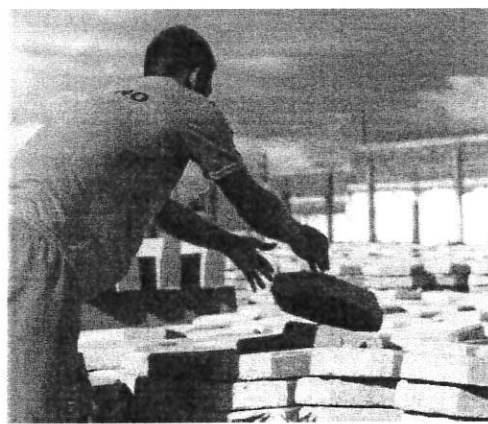
Para que esses internos trabalhem, estudem ou participem de outras atividades, eles passam por uma seleção feita por uma equipe multidisciplinar que traça o perfil do interno.

FOTOGRAFIA: JEFFERSON



Na prisão

O Sistema Penitenciário do Maranhão possui 110 unidades de trabalho distribuídas em 16 municípios, com 2.300 internos inseridos em mais de 110 unidades de trabalho no estado. O número representa mais de 27% da população carcerária atual, que é de 3.500 internos dentro do Complexo de Pedrinhas e de 8.000 no Maranhão. Na educação são mais de 1.200 internos matriculados em salas de aula.



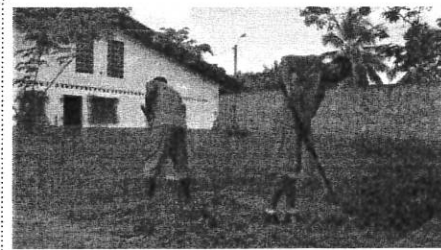
“O direito que eles têm privado é o de ir e vir, todos os outros têm que ser garantidos a eles, como, a educação, assistência jurídica, saúde, trabalho, entre outros”

Odaiza Gadelha, Secretária Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária



As transformações pelas quais o Sistema Penitenciário do Maranhão tem passado, nestes últimos dois anos e meio, não estão apenas ligadas aos investimentos na infraestrutura, modernização das unidades prisionais ou capacitação de agentes. A humanização, por meio da oferta de trabalho, saúde, educação e lazer tem sido a prioridade do governo do estado”

Murilo Andrade de Oliveira, Secretário da SEAP



Resultados

Desde a criação do Maranhão, o sistema penitenciário do estado vem passando por diversas transformações. No entanto, a humanização é o tema central da 18ª edição da Semana do Encarcerado. O evento, que acontece de 23 de agosto a 25 de agosto em São Luís, tem como objetivo principal promover a ressocialização dos internos. Durante o evento, serão realizadas diversas atividades, incluindo oficinas, palestras e debates. O objetivo é proporcionar aos internos um ambiente mais humano e promover sua reinserção na sociedade.

Atividades esportivas

A Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, sediada no Parque de Bom Menino, promoveu atividades esportivas dentro da XVIII Semana do Encarcerado. Os internos estão envolvidos na prática do futebol e da ginástica, que serão realizadas no Estádio Nhozinho Santos e no Parque de Bom Menino, respectivamente. As atividades são realizadas em parceria com a SEAP (Secretaria de Esportes e Lazer) do Maranhão. O objetivo é promover a saúde e o bem-estar dos internos, além de proporcionar um momento de lazer e recreação.

regime semilivre participou de um torneio de futebol nesta quarta-feira, às 19h, no Parque de Bom Menino. As transformações pelas quais o Sistema Penitenciário do Maranhão tem passado, nestes últimos dois anos e meio, não estão apenas ligadas aos investimentos na infraestrutura, modernização das unidades prisionais ou capacitação de agentes. A humanização, por meio da oferta de trabalho, saúde, educação e lazer tem sido a prioridade do governo do estado.

hoje, fora do ranking de credibilidade prisional nacional”, observou o secretário de Sa-p, Murilo Andrade de Oliveira. “Acredito que este seja um momento de lazer e recreação para os internos. Essa é uma forma de ressocialização, através do esporte, e um hábito que eles mantêm através do esporte, traz uma melhoria de mentalidade. Existem vários exemplos de metas que mudaram por conta do esporte e unidades prisionais, onde a prática do esporte é uma atividade importante”, destacou o secretário de Esportes e Lazer, Romário Amâncio.

3.500
detentos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

8 MIL
detentos no Maranhão

2.300
internos trabalhando



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 23 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Capturado mais um participante do assalto à churrascaria Sal e Brasa

A Polícia Civil apresentou, na manhã dessa terça-feira (22), na Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), em São Luís, Jorge dos Santos Moreira, conhecido como "Vassoura", que era foragido da Justiça. Segundo dito na entrevista coletiva, o criminoso era procurado pela prática do assalto à Churrascaria Sal e Brasa, na capital, no dia 5 de abril deste ano, quando bandidos levaram R\$ 60 mil.

Na coletiva, o delegado Marconi Matos, titular da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), repassou que "Vassoura" foi encontrado na tarde de segunda-feira (21), no Parque Vitória, município de São José de Ribamar, tendo sido surpreendido em poder de um revólver calibre 38. Por este motivo, além do cumprimento de dois mandados de prisão preventiva, os policiais também o capturaram por porte ilegal de arma de fogo, como previsto no Código Penal Brasileiro.



Jorge dos Santos, segundo a Polícia Civil, participou de assalto a churrascaria no Calhau

O ROUBO

Na manhã do dia 5 de abril deste ano, bandidos invadiram a Sal e Brasa, localizada na Avenida dos Holandeses, no bairro do Calhau, em São Luís, por volta

das 9h20, e levaram uma quantia em dinheiro no valor de R\$ 60 mil. Com armas em punho, os suspeitos adentraram no local e de imediato renderam as pessoas que ali estavam, entre funcionários e clientes.

Do caixa, eles subtraíram o dinheiro, que seria utilizado para pagamento dos empregados do restaurante, como destacou a Polícia Civil na época. Além das cédulas, o grupo também levou pertences das vítimas.

PRISÃO DE QUATRO

Em 7 de abril, a Polícia Civil prendeu, devido à participação no assalto à churrascaria, Thiago de Caldas Costa, 24; Raimarildo Rodrigues dos Santos, 21; Nerivan Pereira Ramos Filho, 33, e Cleudiane do Nascimento Melo, 29. Esta mulher trabalhava no setor de serviços gerais do estabelecimento e passava informações para os demais membros da quadrilha.

(NELSON MELO)

Senarc captura homem com dois mandados de prisão em aberto

A partir de diligências realizadas pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), na noite desta segunda-feira (22), capturaram Carlos Eduardo Martins Ferreira, o "Kanu", de 36 anos, contra o qual havia dois mandados de prisão decretados pela 2ª e 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís. O foragido estava no Anil, na capital, quando foi localizado.

Delegado titular da Senarc, Carlos Alessandro comunicou que "Kanu" é integrante da facção Bonde dos 40 e já havia sido preso por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Cabe ressaltar que ele foi encontrado após denúncias passadas ao aplicativo WhatsApp desta superintendência, cujo número é 99163-4899.

Divulgação/Senarc



"Kanu", que seria membro do 'Bonde dos 40', possuía contra si dois mandados de prisão

Divulgação/Polícia Civil



Antonio Barbosa é apontado como autor da morte de sua própria mulher, na Paraiba

Homem que matou a esposa na Paraiba é localizado em Santa Luzia

Uma operação conjunta, envolvendo várias unidades de Polícia Civil, resultou na localização, no fim da tarde de segunda-feira (21), de Antonio Barbosa de Figueiredo, que é conhecido como "Toinho do Bar". Este, que foi encontrado na cidade maranhense de Santa Luzia, matou a própria esposa no ano de 1998, no município de Barra de Santana, no estado da Paraíba. "Toinho do Bar" foi localizado pelo Departamento de Femicídio da Superintendência de Homicídios e Proteção à

Pessoa (SHPP), com o apoio da Delegacia de Santa Luzia e com a parceira da 11ª Delegacia de Polícia Civil da Paraíba. Em desfavor dele, há um mandado de prisão preventiva, expedido pelo Poder Judiciário daquele estado referente ao assassinato que vitimou a esposa do foragido. No Maranhão, Antonio se casou novamente e teve mais dois filhos. A prisão dele também contou com a participação importante da Inteligência da SHPP e da Superintendência de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 08 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Homem é detido após agredir a esposa com socos e ameaçá-la de morte

Na noite de segunda-feira (21), por volta das 19h, Cláudio Pinheiro Santos, de 39 anos, foi preso em flagrante na Baixada Maranhense após ter ameaçado sua esposa de morte, na casa em que residem, na Rua das Palmeiras, no município de São João Batista. Conforme relatos obtidos pela Polícia Militar, ele ainda desferiu socos na vítima, que ficou bastante machucada. O marido, após capturado pela guarnição, foi levado à delegacia para ser autuado em flagrante, de acordo com esclarecimentos do major Fábio Aurélio, comandante da 12ª Companhia Independente de Viana. (NM)

Guarnição apreende 3kg de maconha em quarto de suspeito

Diego Gersson Diniz dos Santos, de 21 anos, foi conduzido ao Plantão Central das Cajazeiras após ser preso pelo crime de tráfico de drogas, na noite desta segunda-feira (21). Como informado pelo 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM), no quarto da casa dele, os policiais militares encontraram cerca de 3kg de maconha, na Rua São Cristóvão, no bairro da Santa Cruz, em São Luís. Com ele, os policiais

militares apreenderam dois tabletes grandes, e quatro porções menores, enroladas em papel-filme, contendo maconha pura, que, totalizando, pesaram aproximadamente 3kg, segundo o tenente-coronel Harlan, comandante do 9º BPM. A equipe recolheu, ainda, dois sacos transparentes armazenando uma substância branca conhecida como "Skank", utilizada para misturar à droga. (NM)

Funcionário de posto de combustível e mais dois suspeitos são presos

Foram presos em flagrante, na madrugada dessa terça-feira (22), Fleymison Soares Lindoso, o "Bacural", de 22 anos", e Claudionilson Araújo Marinho, conhecido como "Moca", 24, por assalto a um posto de combustível localizado na cidade de São João Batista, na Baixada Maranhense. Além deles, capturaram, também, Nailson Correia Madeira, o "Jacaré", 19, funcionário deste estabelecimento. Comandante da 12ª Companhia Independente de Viana, major Fábio repassou que a guarnição procurou os envolvidos por volta das 19h30, sendo que o roubo foi registrado contra o Posto Noele Gás. No entanto, os suspeitos só foram encontrados perto das 3h de ontem. A equipe conduziu os três suspeitos à delegacia. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 23 / 08 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

REVOLTA APÓS LATROCÍNIO

População lincha três assaltantes e desfila pelas ruas com os defuntos

Moradores do interior do município de Santa Luzia, acerca de 220km de São Luís, lincharam até a morte três assaltantes que cometeram um latrocínio na região, na quinta-feira (17). Um dos assaltantes foi morto no dia do crime; os outros dois foram mortos no sábado (19), após serem localizados pela população no município de Altamira.

De acordo com informações da Polícia Civil de Santa Inês, os três assaltantes se dirigiram ao povoado de Duas Barracas para cometer assaltos. Eles tentaram roubar uma motocicleta de um casal, na quinta-feira (17). Um dos homens, conhecido como 'Sorveteiro', ficou aguardando no carro para dar apoio; os outros dois efetuaram o assalto. Durante a tentativa de roubo, os dois criminosos feriram o casal e tentaram levar a motocicleta, mas a moto, por defeito no motor, não funcionou.

Irritados, os criminosos atiraram contra o casal e desferiram golpes de faca contra o homem. A mulher, ainda não identificada, ficou gravemente ferida e o homem foi morto. Após o crime, dois dos assaltantes correram para um



Dois dos três homens mortos foram mostrados como troféu em carro aberto

matagal. O terceiro criminoso envolvido no delito continuou aguardando no veículo próximo ao local.

A população o encontrou pouco depois do ocorrido e pôs fogo no veículo onde ele estava. Em seguida, o homem foi espancado pelos populares. A Polícia Militar chegou algum tempo depois, mas os moradores da região que permaneciam no local continuaram a espancá-lo até a

morte. Devido ao número de pessoas, a PM não conseguiu conter a multidão. Ele foi o primeiro a ser morto pela população.

Os outros dois participantes do latrocínio, conhecidos como 'Tigrão' e 'Paulo' conseguiram fugir, mas foram localizados ontem, de acordo com a polícia, no município de Altamira do Maranhão, onde foram assassinados por moradores da região.

"Todos os três são naturais de Santa Inês", explicou o delegado Ederson Martins. "Dois deles já eram velhos conhecidos da polícia, pois já tinham longo histórico de crimes cometidos", salientou.

A mulher foi encaminhada em estado grave para um hospital do município de Bacabal.

A Polícia Civil agora investiga quem foram as pessoas envolvidas no linchamento dos três assaltantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 23 / 08 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Senarc prende integrante de facção criminosa acusado de homicídio

A Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), efetuou na noite de segunda-feira (21) a prisão de Carlos Eduardo Martins Ferreira, conhecido como "Kanu", 36 anos.

Contra Carlos Eduardo havia dois mandados de prisão,

pelo crime de homicídio, expedidos pelas 2ª e 4ª vara do Tribunal do Júri de São Luís. Segundo a polícia, o homem é integrante de uma facção criminosa e já havia sido preso por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo.

A polícia chegou até Carlos Eduardo após receber

denúncia anônima, via WhatsApp, informando que o foragido da Justiça estava no bairro do Anil, local onde foi preso.

Após a prisão, Carlos Eduardo Martins Ferreira foi encaminhado ao Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Preso em Santa Luzia, acusado de matar a mulher na Paraíba

A Polícia Civil do Maranhão, por meio do Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP) e Delegacia de Santa Luzia, deu cumprimento na segunda-feira (21) a um mandado de prisão preventiva, expedido pela Justiça da Paraíba, contra Antônio Barbosa de Figueiredo, conhecido como "Toinho do Bar".

O homem é acusado de ter assassinado a mulher no ano de 1998, na cidade de Barra de Santana, no Estado da Paraíba. Segundo a polícia, após o crime, Antônio Barbosa fugiu para o município de Santa Luzia, no Maranhão, onde se casou novamente e teve mais dois filhos.

A polícia chegou até Antônio após a Delegacia Seccional de Queimadas da Paraíba receber uma denúncia anônima informando o paradeiro do acusado.

Através de trocas de informações entre as autoridades policiais do Maranhão e da Paraíba, foi possível fazer a prisão de Antônio Barbosa, o qual ficará custodiado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, até ser recambiado para o distrito da Paraíba.

Funcionário de posto assaltado e mais dois suspeitos são presos

Foram presos em flagrante, na madrugada desta terça-feira (22), Fleymison Soares Lindoso, o "Bacurau", de 22 anos", e Claudionilson Araújo Marinho, conhecido como "Moca", 24, por assalto a um posto de combustível localizada na cidade de São João Ba-

tista, na Baixada Maranhense. Além deles, capturaram, também, Nailson Correia Madeira, o "Jacaré", 19, funcionário deste estabelecimento.

Comandante da 12ª Companhia Independente de Vianna, major Fábio repassou que a guarnição procurou os en-

volvidos por volta das 19h30, sendo que o roubo foi registrado contra o Posto Noele Gás.

No entanto, os suspeitos só foram encontrados perto das 3h de ontem. A equipe conduziu os três suspeitos à delegacia.

Jovem se suicida e se despede via WhatsApp no Maranhão

A cidade de Cajari, na Baixada Maranhense, foi abalada ontem com a confirmação do suicídio cometido por uma jovem identificada apenas como Tais, segundo

informações, antes da jovem cometer o ato deslucido, ela anunciou através do aplicativo WhatsApp que havia chegado a hora de encerrar a vida e minutos de-

pois se enforcou. Há quase dez dias teve um caso parecido com esse na capital maranhense, mais precisamente no Alto do Turu, também por enforcamento.